

A etiologia da identificação entre a teoria psicanalítica e a psicologia política

*The etiology of identification
between psychoanalytic theory and political psychology*

*La etiología de la identificación
entre la teoría psicoanalítica y la psicología política*

João Torrecillas Sartori

Resumo

Neste artigo, realizamos uma análise interdisciplinar da concepção etiológica da identificação apresentada por Freud em *Psicologia das massas* (1921/1986) – isto é, examinamos tal concepção criticamente de modo a contrastar entre si as condições de ocorrência de tal fenômeno que Freud supôs existirem e as suas condições de ocorrência inferidas a partir de uma teoria “concorrente” oriunda de um campo de conhecimento que não o psicanalítico. Para tanto, revisitamos, na obra mencionada (1921/1986), a teoria freudiana acerca dos vínculos afetivos e, mais especificamente, a teoria freudiana sobre a identificação, isolando seus componentes (dentro os quais, os enunciados relativos à definição de identificação e as hipóteses constitutivas da sua concepção etiológica). Então, revisitamos a teoria da dissonância cognitiva de Festinger (1957), estabelecida e sustentada empiricamente na psicologia política, em estudos tais como o de Krosnick (2002), e analisamos o estatuto de compatibilidade entre ela e a teoria freudiana. Por meio desta análise, evidenciamos certa compatibilidade entre a teoria freudiana da identificação e a teoria da dissonância cognitiva de Festinger e, desta última, deduzimos uma hipótese etiológica da identificação complementar às hipóteses aventadas por Freud. Por outro lado, ressaltamos a existência de aspectos da concepção etiológica freudiana da identificação até o momento sequer avaliados experimentalmente. O exame crítico interdisciplinar realizado neste artigo oportuniza avanços investigativos tanto ao campo psicanalítico quanto à psicologia política.

Palavras-chave: identificação, psicanálise, psicologia política, dissonância cognitiva

Abstract

In this article, we conduct an interdisciplinary analysis of the etiological conception of identification as presented by Freud in *Group Psychology and the Analysis of the Ego* (1921/1986) – that is, we critically examine this conception by contrasting the conditions of occurrence of the phenomenon that Freud posited with those inferred from a “competing” theory originating from a field of knowledge other than psychoanalysis. To this end, we revisit, in the aforementioned work (1921/1986), Freud’s theory of affective bonds and, more specifically, his theory of identification, isolating its components – among them, the statements concerning the definition of identification and the constitutive hypotheses of its etiological conception.

We then revisit Festinger's (1957) theory of cognitive dissonance, as established and empirically supported within political psychology in studies such as that of Krosnick (2002), and analyze its status of compatibility with Freud's theory. Through this analysis, we highlight a certain degree of compatibility between Freud's theory of identification and Festinger's theory of cognitive dissonance, and from the latter we deduce an etiological hypothesis of identification that complements the hypotheses proposed by Freud. On the other hand, we emphasize the existence of aspects of Freud's etiological conception of identification that have not yet been subjected to empirical evaluation. The interdisciplinary critical examination carried out in this article opens potential avenues for further investigation in both the psychoanalytic field and political psychology.

Keywords: identification, psychanalyses, political psychologie, cognitive dissonance

Resumen

En este artículo, realizamos un análisis interdisciplinario de la concepción etiológica de la identificación presentada por Freud en **Psicología de Grupos** (1921/1986). Es decir, examinamos críticamente esta concepción para contrastar las condiciones de ocurrencia de este fenómeno que Freud asumió con las condiciones de ocurrencia inferidas de una teoría “competidora” proveniente de un campo de conocimiento distinto al psicoanálisis. Para ello, retomamos, en la obra antes mencionada (1921/1986), la teoría freudiana de los vínculos afectivos y, más específicamente, su teoría de la identificación, aislando sus componentes (entre ellos, las afirmaciones sobre la definición de identificación y las hipótesis constitutivas de su concepción etiológica). Posteriormente, retomamos la teoría de la disonancia cognitiva de Festinger (1957), establecida y sustentada empíricamente en la psicología política en estudios como el de Krosnick (2002), y analizamos su compatibilidad con la teoría freudiana. Mediante este análisis, demostramos cierta compatibilidad entre la teoría freudiana de la identificación y la teoría de la disonancia cognitiva de Festinger. De esta **última**, deducimos una hipótesis etiológica de la identificación que complementa las propuestas por Freud. Además, destacamos la existencia de aspectos de la concepción etiológica freudiana de la identificación que aún no se han evaluado experimentalmente. El análisis crítico interdisciplinario realizado en este artículo proporciona avances en la investigación tanto en el campo psicoanalítico como en la psicología política.

Palabras-clave: identificación, psicoanálisis, psicología política, disonancia cognitiva

Considerações iniciais

Ainda que Freud tenha criado sua teoria psicanalítica com o intuito original de que esta viesse a orientar a sua atividade clínica, já nos anos iniciais de sua existência, conceitos psicanalíticos foram também utilizados pelo seu criador no estudo de objetos teóricos não necessariamente situados em um âmbito clínico. Em muitos casos, mais especificamente, em uma ostensiva articulação entre “disciplinas psicológicas e sociais” (Enriquez,

2005). Neste sentido, mobilizando tais conceitos em sua dita “análise da cultura”, Freud escreveu algumas de suas obras mais relevantes: *Totem e tabu* (1913/2012), *Psicologia das massas e análise do Eu* (1921/1986), *O futuro de uma ilusão* (1927/2014) e *Mal-estar na civilização* (1930/1969).

Anos depois da criação da teoria psicanalítica, motivados pelo empreendimento de Freud – inclusive, incentivados por ele –, alguns dos seus colaboradores acabaram

também se arriscando na escrita de ensaios sociais referenciados na metapsicologia¹ (Sartori, 2024)². Contudo, a incursão metapsicológica sobre as ciências sociais nunca deixou de ocorrer, mesmo que a sua intensidade e a sua amplitude ao longo das últimas décadas não tenham sido constantes – e alguns construtos freudianos tenham sido mais recorrentemente mobilizados que outros. Entre os construtos freudianos mais comumente utilizados no estudo de tais objetos (situados externamente ao escopo clínico), está a *identificação* – operador conceitual nuclear da teoria psicanalítica freudiana.

Por exemplo, como recorda Sartori (2024), sobretudo na década de 2010 e, de modo mais intenso, após a ascensão eleitoral de Bolsonaro em 2018, veio a ser cada vez mais recorrente a utilização da obra de Freud como referencial teórico na análise de movimentos de massa. Nesse sentido, a noção freudiana de identificação contida em *Psicologia das massas* (1921/1986) se articulou em meio às reflexões de Indursky (2020), Sartori (2021) e outros autores acerca do movimento de massa bolsonarista. Mas Sartori (2024) ressaltou que tal utilização não seria algo recente e, nesta direção, uma versão da noção de identificação contida em *Psicologia das massas* (1921/1986) teria sido ostensivamente mobilizada por Adorno (1950/1972), em sua teoria sobre os movimentos autoritários e, por Laclau (2013), acerca dos movimentos populistas – sendo atestada, assim, a sua importância para a

teoria política³.

Por outro lado, a esta altura, caberia a ressalva de que as referidas teorias – de Adorno e de Laclau – e reflexões – de Indursky, Sartori, entre outros – acerca de movimentos de massa, mesmo não se restringindo ao campo psicanalítico, não se apresentaram subsequentemente a um exame interdisciplinar minucioso do estatuto de compatibilidade entre certas noções de identificação oriundas da teoria psicanalítica e de teorias estabelecidas em outro campo de conhecimento que versassem de algum modo sobre objetos aproximados. Realmente, têm sido escassos os estudos a exemplo daquele de Sartori, Starnino e Braga (2024) que, em abordagem interdisciplinar, avaliaram se seria coerente a articulação entre certas noções de identificação oriundas da teoria psicanalítica – no caso, de Freud e de outros – e certa noção de identificação oriunda da ciência política – da Escola de Michigan – e apresentaram algumas implicações da sua articulação para ambos os campos.

Mais recentemente, em estudo acerca da relação entre o autoritarismo de direita e a modalidade acrítica de apoio a Bolsonaro, Sartori (2024) abordou de modo interdisciplinar a etiologia da identificação, contrastando entre si teorias concorrentes oriundas de campos diferentes acerca de condições de ocorrência deste fenômeno. Precisamente nesse sentido, no *Anexo A* de sua tese de doutorado, o autor (2024) articulou entre si a noção freudiana de identificação e a teoria da dissonância cognitiva de Festinger (1957), estabelecida (e sustentada empiricamente)

1 Ao menos neste artigo, o termo “metapsicologia” designa o conjunto constituído dos conceitos propriamente psicanalíticos (tais como inconsciente, identificação, recalcamento etc.).

2 Fato é que, do estabelecimento do campo psicanalítico – ainda na primeira metade do século XX – até atualmente, obras psicanalíticas têm sido utilizadas academicamente e recortadas teoricamente tanto no próprio campo psicanalítico como em outros campos de conhecimento – a exemplo da linguística, das neurociências, da teoria política, da filosofia etc. E, nesse sentido, construtos metapsicológicos os mais variados têm sido mobilizados no estudo de objetos extraclínicos.

3 Nesse contexto, Sartori (2024) afirmou que, embora muitas das análises informais – isto é, extra-acadêmicas – originadas da utilização de teorias psicanalíticas tenham sido incompatíveis entre si e algumas tenham correspondido a meras aplicações acríticas – não historicizadas – da teoria freudiana acerca das massas ao suposto caso brasileiro, noções oriundas da obra de Freud seriam consistentemente utilizáveis na compreensão do estabelecimento de um bolsonarismo, independentemente da amplitude e do nível de coesão atitudinal desse movimento.

na psicologia política em estudos como o de Krosnick (2002). Mas Sartori (2024) explorou apenas alguns aspectos desta articulação, certamente não exaurindo todas as alternativas existentes de abordagem interdisciplinar e acreditamos que seria relevante uma análise adicional sobre aspectos sequer aventados pelo autor.

Factualmente, a escassez de trabalhos acadêmicos direcionados à referida abordagem reflete uma resistência historicamente estabelecida não apenas externamente, mas também internamente ao campo psicanalítico. Todavia, o estabelecimento de comunidades de trabalho interdisciplinares⁴ oportunizaria desenvolvimentos importantes às disciplinas envolvidas. Autores como Adorno evidenciaram certos problemas oriundos da compartmentalização do conhecimento acadêmico em disciplinas, a exemplo da restrição à capacidade da apreensão consistente dos seus objetos, assim como à capacidade do exame apropriado de suas teorias (Sartori, 2024). Além disso, aspectos nem mesmo discutidos por Freud teriam assumido maior relevância nas décadas seguintes à publicação original da sua *Psicologia das massas* (1921/1986). O avanço dos estudos em psicologia política incita a revisitação crítica de teorias freudianas, que não apenas articulam construtos (meta)psicológicos (a exemplo das noções de inconsciente, de identificação e de recalcamento), mas também se direcionaram à explicação de objetos estudados na própria psicologia política.

Ainda assim, como observou Sartori (2024), a importação de uma teoria psicanalítica pela psicologia política somente seria razoável (i) se tal teoria se compatibilizasse com as teorias estabelecidas nesse campo; (ii) se tal teoria se sustentasse empiricamente; (iii) se a importação dessa teoria ocasionasse a este campo o aumento da sua capacidade

explicativa. Certas teorias estabelecidas na psicologia política (a exemplo da teoria da dissonância cognitiva), ainda que não articulem entre si noções metapsicológicas, não necessariamente seriam incompatíveis com estas. A revisitação crítica de certas concepções utilizadas por Freud no estudo de fenômenos políticos (por exemplo, suas concepções sobre a identificação e a idealização) interessariam não somente aos teóricos do campo psicanalítico que estivessem razoavelmente dispostos ao escrutínio racional da teoria freudiana, mas também aos estudiosos da política (tais como teóricos políticos, filósofos políticos, sociólogos políticos, cientistas políticos e psicólogos políticos) que não ignorassem de antemão a relevância sociocultural do empreendimento teórico freudiano.

Grünbaum (1984, 1993)⁵, analisando minuciosamente a teoria psicanalítica freudiana, argumentou que a racionalidade de uma teoria psicanalítica dependeria da sua obtenção de sucesso em seu exame extraclínico. Obviamente, a mera evidenciação de compatibilidade entre uma teoria psicanalítica e uma teoria empiricamente sustentada oriunda de outro campo de conhecimento – mesmo que ambas as teorias versem sobre o mesmo objeto – não necessariamente implica a validação extraclínica da mencionada teoria psicanalítica. A evidenciação de uma compatibilidade, contudo, em certo aspecto aumenta a importância de um escrutínio de outros aspectos em que (in)compatibilidades poderiam existir – eventualmente,

4 A exemplo daquelas comunidades de trabalho relativas à dita neuropsicanálise, desenvolvidas por Solms, Ramachandran e outros pesquisadores (Lyra, 2005).

5 Ainda na primeira metade do século XX, em meio ao estabelecimento da teoria psicanalítica no cenário acadêmico europeu, autores de diversas tradições teóricas debateram sobre o seu estatuto de científicidade. Particularidades da então emergente disciplina ocasionaram controvérsias e, mesmo décadas depois, epistemólogos a exemplo de Popper (1963) se recusaram a considerá-la como científica, considerando suas teorias como nem mesmo testáveis. Mas tal consideração de certos acadêmicos acabou vindo a ser concebida como equivocada e autores a exemplo de Grünbaum (1984, 1993), analisando mais detidamente a teoria psicanalítica freudiana, argumentaram que ao menos certas teorias psicanalíticas freudianas seriam testáveis.

culminando com uma sugestão de emenda a, ao menos, uma das teorias “concorrentes”. Justamente neste contexto, objetivamos neste artigo revisar criticamente – e emendar – a concepção etiológica de Freud acerca da identificação, entendida como o seu conjunto de hipóteses acerca das condições de ocorrência de uma identificação – neste caso, suas condições suficientes.

Para tanto, na seção seguinte, revisitamos, na obra *Psicologia das massas* (1921/1986), a teoria freudiana acerca dos vínculos afetivos e, mais especificamente, a teoria freudiana sobre a identificação, isolando seus componentes (dentre os quais, os enunciados relativos à definição de identificação e as hipóteses constitutivas da sua concepção etiológica). Já na segunda seção, revisitamos a teoria da dissonância cognitiva de Festinger (1957), estabelecida e sustentada empiricamente na psicologia política, em estudos tais como o de Krosnick (2002), e analisamos o estatuto de compatibilidade entre ela e a teoria freudiana. Por meio desta análise, evidenciamos certa⁶

⁶ Neste artigo, exploramos uma nuance já indicada em outro estudo (Sartori, 2024). Reconhecemos as diferenças estruturais entre as epistemes (isto é, conjuntos de pressupostos) sobre as quais se assentam a teoria psicanalítica freudiana e a teoria da dissonância cognitiva desenvolvida por Festinger e mobilizada em campos como a psicologia política “cognitivista”. Entretanto, entendemos que tais diferenças não inviabilizam necessariamente a articulação entre a teoria freudiana da identificação e a teoria da dissonância cognitiva tal como as concebemos neste trabalho. Argumentamos que a associação entre a teoria freudiana da identificação e certos pressupostos da metapsicologia freudiana é contingente, não estritamente necessária: seria possível, por exemplo, o isolamento (recortamento teórico) de aspectos descriptivos (dinâmicos) do mecanismo de identificação em relação à metapsicologia freudiana – isto é, esta seria alterável, substituível. De modo análogo, a relação entre a teoria da dissonância cognitiva e certos pressupostos “cognitivistas” é contingente – e, nesse sentido, a noção de dissonância cognitiva tem sido mobilizada em contextos não estritamente cognitivistas. Acrescentamos que existem aproximações funcionais – ainda que não equivalenciais em sentido estrito – entre certas noções oriundas dos dois campos. Nesse contexto, ressaltamos que, embora subsistam incompatibilidades teóricas entre as matrizes da teoria psicanalítica freudiana e da teoria da dissonância cognitiva referida, as diferenças antes mencionadas não inviabilizam, a priori, empreendimento teórico interdisciplinar como este, aqui realizado”.

compatibilidade entre a teoria freudiana da identificação e a teoria da dissonância cognitiva de Festinger e, desta última, deduzimos uma hipótese etiológica da identificação complementar às hipóteses aventadas por Freud. Contudo, ressaltamos também a existência de aspectos da concepção etiológica freudiana da identificação até o momento sequer avaliados experimentalmente. Após, apresentamos nossas considerações finais.

1. A teoria de Freud sobre os vínculos afetivos e a etiologia da identificação

1.1 As modalidades de vínculo afetivo (e sua relação com uma massa)

Em *Psicologia das massas e análise do eu*, em meio à sua explicação sobre a constituição de uma massa, Freud (1921/1986) elaborou, mesmo que não de modo declarado, sua teoria acerca dos vínculos afetivos, na qual concebeu suas diferentes modalidades elementares. Como discutiremos adiante em meio a uma apresentação abrangente da teoria freudiana sobre a dinâmica de uma massa, entre as modalidades elementares de vínculo afetivo concebidas por Freud, está a identificação. Desde já, ressaltamos que, embora tal apresentação abrangente não venha a ser estritamente necessária ao entendimento da concepção etiológica freudiana da identificação propriamente dita, acreditamos que mantenha a sua importância, já que como veremos uma das hipóteses etiológicas freudianas da identificação é especialmente usada por Freud na explicação da dinâmica de massas.

Por meio da elaboração da sua teoria acerca dos vínculos afetivos, Freud (1921) contribuiu para a resolução de certos problemas teóricos considerados importantes pela comunidade científica, sobretudo, na disciplina à época denominada “psicologia das massas” – que, como recordou Mello Neto (2000), naquele momento histórico, não se diferenciava da atualmente denominada psicologia social. Justamente neste

sentido, Freud (1921/1986) avançou teoricamente ao ter referenciado, em sua própria metapsicologia, a sua análise sobre as dinâmicas de uma massa, viabilizando uma compreensão mais completa acerca de tais dinâmicas do que aquelas de seus antecessores acadêmicos.

Por exemplo, na esteira de Le Bon (1985), Freud (1921/1986) asseverou que o indivíduo, ao integrar uma massa, vem a sentir, pensar e agir de modo muito diferente de como sentiria, pensaria e agiria mais comumente antes de sua integração àquela. Mas, em sua explicação destas alterações sentimentais, cognitivas e comportamentais, Freud (1921/1986), mesmo teorizando sobre um objeto situado na psicologia social, articulou entre si noções metapsicológicas ostensivamente elaboradas em ensaios anteriores, a exemplo de suas noções de inconsciente, libido, Eu, ideal do Eu e identificação. Precisamente, esta articulação contribuiu para a resolução de problemas teóricos não resolvidos antes por Le Bon.

Além de emprestar construtos (conceitos e teorias) de alguns de seus antecessores acadêmicos durante a sua própria teorização metapsicologicamente orientada, Freud realizou emendas importantes nos construtos emprestados. Nesse sentido, Freud emprestou e emendou a teoria de McDougall (1920). Concordando com McDougall (1920), Freud (1921/1986) afirmou que um amontoado de indivíduos não necessariamente constitui uma massa, mas que uma massa seria um amontoado de indivíduos em cada um dos quais se estabeleceu e se manteve um certo vínculo libidinal (“vertical”) com um mesmo objeto. Adiante na mesma obra, de modo mais específico, Freud (1921/1986) concebeu uma massa como um amontoado de indivíduos cada um dos quais idealizou um mesmo objeto (indivíduo ou ideia); isto é, cada um dos quais assumiu o mesmo objeto como seu ideal do Eu – noção metapsicológica

elaborada pelo próprio Freud (1921/1986).⁷

A esta altura, caberia uma exposição da diferenciação freudiana entre as supostas modalidades elementares de vínculo afetivo. De modo mais abrangente, Freud (1921/1986) diferenciou entre si três modos elementares: (i) a identificação de um indivíduo com um objeto; (ii) a idealização de um indivíduo por um objeto; e (iii) o investimento erótico de um indivíduo em um objeto – investimento libidinal [propriamente dito] direto, no qual as metas [sexuais] estão desinibidas⁸. Freud (1921/1986) considerou como inexistente o referido investimento erótico (investimento libidinal direto) na dinâmica de massas típicas, mas atribuiu uma importância significativa em tal dinâmica aos outros modos de vinculação afetiva, por identificação e, sobretudo, por idealização.

Freud (1921/1986) escreveu um capítulo próprio (*capítulo VII – A identificação*) em que elabora sua teoria da identificação. Nele, considerou a identificação como um evento psíquico inconsciente por meio do qual um indivíduo assimilaria um traço supostamente constitutivo de um outro, vindo a se assemelhar a este último nesse aspecto. Freud (1921/1986) concebeu o Eu como constituído em conformidade a esse objeto, seu modelo de identificação.

7 Freud (1921/1986) estabeleceu que a vinculação afetiva vertical determinante da constituição de um grupo (i) ocorre em cada um dos integrantes de um grupo [cada um dos quais não consiste no objeto idealizado] em relação a um mesmo objeto – indivíduo/ideia –, idealizado, considerado, analiticamente, como líder desse grupo; e (ii) consiste em uma vinculação afetiva por seleção [sexual], mas de modo que as metas [sexuais] dessa seleção tenham sido inibidas – a denominada idealização.

8 Freud (1921/1986) considerou que, em certo momento, a meta sexual de um investimento libidinal [propriamente dito] estaria (i) inibida ou (ii) desinibida. O investimento libidinal [propriamente dito] do qual a meta sexual estivesse inibida seria denominado “investimento libidinal indireto” e corresponderia à idealização. Já o investimento libidinal [propriamente dito] do qual a meta sexual estivesse desinibida seria denominado “investimento libidinal direto” e seria correspondido a um “investimento erótico e sensual”. Este visaria a uma descarga direta de excitações. Possivelmente orgâsmica.

De outro lado, Freud (1921/1986) considerou a idealização de um objeto pelo indivíduo como a assunção de tal objeto como ideal do Eu do indivíduo e, nesse sentido, como seu líder. Mais diretamente, seria razoável afirmar que, segundo Freud (1921/1986), o estabelecimento de uma massa seria necessariamente determinado por uma idealização, um investimento libidinal [propriamente dito] indireto em certo objeto. Todavia, Freud (1921/1986) considerou que uma massa poderia, adicionalmente, incluir outros modos de vinculação libidinal, tais como a identificação e o investimento erótico antes mencionados⁹.

Embora Freud tenha considerado que as identificações não sejam determinantes da constituição de uma massa, entendeu que elas acabariam constituindo qualquer movimento de massa típico, diferentemente do investimento erótico. Nesse contexto, a respeito da identificação – o modo “horizontal” de vinculação afetiva em uma massa –, Freud (1921/1986) concluiu que ela ocorre entre os indivíduos integrantes de um grupo os quais não tenham sido considerados, analiticamente, como líderes deste último.

Além disso, Freud (1921/1986) considerou que, comumente, as identificações de um indivíduo condicionariam seus investimentos libidinais de algum modo. Mediante sua identificação com um integrante de certa massa, o indivíduo viria a idealizar o objeto idealizado por este integrante (este último, seu modelo de identificação), vindo

a integrar o grupo mencionado – embora, em outras circunstâncias, não o tivesse integrado, não assumindo o mesmo objeto como seu ideal do Eu.

O criador da teoria psicanalítica considerou (1921/1986) que um indivíduo integra, comumente, variadas massas. Possivelmente, neste sentido, estaria identificado com indivíduos integrantes de variadas massas, numa espécie de “rede identificatória”. Provavelmente, a identificação de um indivíduo com certo objeto seria restringida por sua identificação com um outro. Mas estas considerações freudianas, relativas a supostos efeitos da identificação, interessam menos neste artigo que aquelas relativas à sua etiologia e, embora a sua apresentação contribua a uma contextualização do mecanismo identificatório, a seguir, discutiremos sobre as hipóteses etiológicas elaboradas por Freud.

1.2. As modalidades (e as hipóteses etiológicas) da identificação

Já afirmamos que Freud (1921/1986) diferenciou entre si três modos elementares de vínculo afetivo (a identificação, a idealização e o investimento erótico) e apontamos algumas nuances da identificação, mas não descrevemos ainda apropriadamente a concepção etiológica freudiana da identificação. No *capítulo VII (A identificação)*, embora não tenha exposto esquematicamente esta concepção, nem a tenha denominado deste modo, Freud (1921/1986) a elaborou significativamente, em meio à retomada de hipóteses etiológicas originalmente apresentadas em outras obras. Ressaltamos que Freud (1921/1986) não diferenciou as modalidades de identificação de acordo com sua etiologia, mas que uma diferenciação etiológica seria razoavelmente inferível do *capítulo VII*.

No início de tal *capítulo*, discorrendo sobre aquela modalidade de identificação que Sartori (2019) chamou de “pré-edipiana”, Freud (1921/1986) considerou a identificação

⁹ Alternativamente, conforme recorda Sartori (2019), Freud (1921/1986) diferenciou entre si duas modalidades elementares de vínculo afetivo (isto é, de investimento libidinal): (i) a identificação de um indivíduo com um objeto; e (ii) o investimento libidinal [propriamente dito] de um indivíduo em um objeto. No primeiro caso, o indivíduo desejaria ser o objeto – isto é, esse objeto seria considerado, analiticamente, como modelo de identificação do indivíduo; no segundo caso, o indivíduo desejaria ter o objeto. Possivelmente, entretanto, a identificação e a idealização não consistam em modos elementares de vínculo afetivo, mas, sim, em consequências (isto é, efeitos) da vinculação afetiva. Mais especificamente, em mecanismos psíquicos inconscientes.

como a mais remota manifestação de uma vinculação afetiva¹⁰ a um outro objeto. Mas, ainda que o uso do termo “manifestação” mantenha alguma ambiguidade (designando às vezes um modo de apresentação de algo, às vezes uma consequência propriamente dita deste algo), considerando o restante das considerações freudianas sobre a identificação, seria razoável a conclusão de que Freud a concebeu como um de seus modos de apresentação, não como uma de suas consequências. Isto é, a identificação corresponderia a uma vinculação afetiva, não seria um de seus efeitos.

Freud explicitamente considerou que a identificação de um indivíduo com um objeto poderia ocorrer anteriormente a qualquer investimento libidinal do objeto por aquele. Portanto, a identificação não dependeria da vinculação afetiva (prévia) do indivíduo com o objeto – ainda que seja coerente com a teoria freudiana a suposição de que, após o “momento pré-edipiano”, o risco de identificação do indivíduo com um objeto com o qual tenha antes se vinculado afetivamente seria maior (do que com um objeto com o qual o indivíduo não o tenha). De todo modo, entretanto, Freud (1921/1986) não explicou ostensivamente em sua obra a causa dessa modalidade de identificação, que soa em sua obra como “natural”.

Freud considerou outra das modalidades de identificação como “substituto regressivo” de um – até então importante – investimento objetal que tenha sido inviabilizado, reiterando a sua conceituação da identificação ocorrida anos antes, em meio à escrita de seu ensaio metapsicológico *Luto e melancolia* (Freud, 1917/1996). Isto é, a identificação resultaria da inviabilização de um investimento libidinal significativo em um objeto. Eis uma das hipóteses etiológicas freudianas

10 Independentemente do estatuto de ambivalência do vínculo afetivo, já que, como afirmamos mais adiante, de acordo com a teoria freudiana, indivíduos também se identificam com objetos aparentemente odiados em alguns casos.

sobre a identificação – esta hipótese, aparentemente relativa a uma condição não necessária, mas suficiente, à sua ocorrência.

Já uma terceira modalidade, Freud (1921/1986) concebeu como aquela na qual o indivíduo se identifica com um objeto que não necessariamente tenha sido antes libidinalmente investido, o indivíduo se identificando com este último consequentemente à *inferência* de uma significativa similaridade entre ambos. Isto é, em outros termos, a identificação resultaria da inferência mencionada. Esta é outra das hipóteses etiológicas freudianas sobre a identificação. Como a anterior, aparentemente relativa a uma condição não necessária à sua ocorrência. Possivelmente, relativa a uma condição suficiente.¹¹ Essa modalidade de identificação teria maior relevância em uma dinâmica de massa, em que cada um dos seus integrantes assume o mesmo objeto como seu ideal do Eu e esta assunção compartilhada viria a ser reconhecida como uma importante similaridade pelos integrantes, a qual ocasionaria identificações entre eles.

Além disso, Freud considerou (1921/1986) que comumente a identificação de um indivíduo com um outro resultaria do desejo inconsciente desse indivíduo de se inserir em uma situação idêntica àquela na qual o outro – seu modelo de identificação – estaria inserido. Isto é, a identificação resultaria da inacessibilidade à consciência (via recalque) de tal desejo. Eis uma terceira hipótese etiológica freudiana. Aparentemente relativa a uma condição não necessária, mas suficiente, à ocorrência da identificação.

Aqui, em conformidade ao exposto nesta seção, caberia a ressalva – sintética – de que, ao menos em *Psicologia das massas*, Freud

11 Por outro lado, como recorda Sartori (2019), na língua portuguesa, muito comumente, o suposto reconhecimento, por um indivíduo, de uma significativa similaridade de “si mesmo” com outro indivíduo também seria denominado identificação. Em *Psicologia das massas e análise do eu* (1921/1986), esse evento teria sido descrito, mas não denominado identificação. Inclusive, nem mesmo teria sido denominado.

(1921/1986) concebe a existência de mais de uma causa de identificação. Isto é, em outros termos: a concepção etiológica de Freud inclui várias hipóteses etiológicas sobre a identificação, as quais não serviriam necessariamente à explicação da identificação em um mesmo contexto. A seguir, examinaremos mais detidamente a concepção etiológica da identificação e a contrastaremos com uma teoria concorrente.

2. Exame interdisciplinar da concepção etiológica de Freud sobre a identificação

Até aqui, atestamos que Freud, em *Psicologia das massas* (1921/1986), não apenas definiu a identificação, mas apresentou hipóteses sobre diversos aspectos deste fenômeno. De acordo com os objetivos deste estudo, dividiremos os enunciados constitutivos da teoria freudiana da identificação em ao menos três tipos: (i) os enunciados relativos à definição de identificação; (ii) os enunciados hipotéticos correspondentes à concepção etiológica da identificação (isto é, as hipóteses que especificam supostas condições de ocorrência da identificação); e (iii) os enunciados hipotéticos relativos aos supostos efeitos da identificação (isto é, as hipóteses sobre suas supostas consequências). Esta divisão instrumental da teoria freudiana se torna importante se considerarmos que nos interessam especialmente neste estudo os enunciados (i) definicionais e (ii) etiológicos da teoria da identificação, mas não aqueles (iii) que especificam supostos efeitos da identificação.

Desde já, inclusive, ressaltamos que alterações em enunciados relativos à definição de identificação não implicam necessariamente sua incompatibilização com hipóteses relativas à concepção etiológica da identificação – e vice-e-versa. Freud (1921/1986) entendeu a identificação de um indivíduo com um outro como o mecanismo psíquico inconsciente pelo qual tal indivíduo assimilaria – em um registro psíquico – um elemento

supostamente constitutivo desse outro, vindo a se assemelhar a ele nesse aspecto e, independentemente da sua concepção etiológica, esta seria uma definição abrangente da identificação coerente com a teoria de Freud. A emenda (e inclusive, a exclusão) de qualquer das hipóteses etiológicas apresentadas na seção anterior não afetaria a definição da identificação. Por sua vez, nem a emenda à definição implicaria alteração na concepção etiológica freudiana.

A asseveração dessa independência apriorística entre tipos de enunciados (definicionais, hipotéticos etiológicos, etc.) também assume importância expressiva se considerarmos mais especificamente a existência de hipóteses freudianas severamente especulativas que, a depender do contexto, devam ser abandonadas. Por exemplo, como expusemos, em certo excerto de sua obra, Freud considerou que a identificação de um indivíduo com um outro comumente resultaria da inacessibilidade à consciência de um desejo do indivíduo de se inserir em uma situação idêntica àquela na qual o outro – o seu modelo de identificação – estaria inserido. Contudo, essa suposição freudiana, embora apelativa, nunca veio a ser testada experimentalmente¹². Não necessariamente terá sido inconsistente, mas se mantém como significativamente especulativa.

De todo modo, independentemente do nível de consistência empírica da concepção etiológica freudiana, existem teorias estabelecidas em outros campos de conhecimento que, mesmo não articulando ostensivamente

12 Provavelmente, em razão de seu caráter excessivamente vago e da escassez de acadêmicos do campo psicanalítico minimamente dispostos e capacitados à condução de estudos experimentais. Assim como várias outras suposições freudianas, esta suposição veio a ser considerada por integrantes do campo psicanalítico como “comprovada pela clínica”. Independentemente do nível de consistência deste método indutivo (“método psicanalítico”), tem sido amplo o consenso estabelecido na comunidade psicanalítica sobre a sua suficiência e razoabilidade. Não à toa muitos estudos ressaltaram a inconsistência de achados psicanalíticos.

entre si noções metapsicológicas, não necessariamente seriam incompatíveis com estas e, implicitamente, aventariam hipóteses etiológicas alternativas para a identificação. Parece ser o caso da teoria da dissonância cognitiva de Festinger (1957), mobilizada na psicologia política por autores como Krosnick (2002).

Festinger (1957) supôs e sustentou empiricamente que em cada indivíduo existe uma tendência à manutenção da consistência cognitiva. A consistência cognitiva em um indivíduo corresponderia à sua suposição da ausência de incoerência entre as suas cognições (isto é, ideias, atitudes etc.) conscientes. Já a inconsistência cognitiva, correspondente a uma espécie de incômodo, ocorreria nas situações nas quais duas das suas cognições seriam entendidas como contraditórias entre si. Krosnick (2002), aplicando a teoria da dissonância cognitiva de Festinger (1957) a um cenário eleitoral hipotético, atestou novamente a sua razoabilidade.

Krosnick (2002) afirmou que ocasionaria consistência cognitiva a um eleitor a suposição de concordância entre (i) sua atitude sobre certa política e (ii) a atitude [sobre a mesma política] suposta pelo eleitor como aquela de um candidato curtido por ele (p. 117). Analogamente, segundo o autor, ocasionaria consistência cognitiva a um eleitor a suposição de discordância entre (i) a sua atitude sobre certa política e (ii) a atitude [sobre a mesma política] suposta pelo eleitor como aquela de um candidato “descurtido” por ele. Então, caso o eleitor acredite que concorda com um candidato “descurtido” ou, que discorda de um candidato curtido, será ocasionada alguma inconsistência cognitiva (p. 117).

Festinger (1957) sustentou que a intensidade da dissonância sentida pelo indivíduo estaria diretamente relacionada com a importância dessas duas cognições para ele. Quanto mais importantes, maior o incômodo sentido. Mas esse incômodo, segundo Krosnick (2002), implicaria no indivíduo a atuação de ao menos um dentre os

mecanismos reparativos de inconsistências cognitivas. Entre tais mecanismos, considerando o exemplo antes apresentado pelo autor, constaria a modificação da atitude do eleitor em relação a certa política (p. 118). Isto é, caso o eleitor acredite que discorda de um candidato curtido em relação a certa política, a atitude daquele sobre esta política será modificada de modo a se tornar idêntica à do candidato curtido (p. 118) – ocorrendo nesse caso aquilo que Freud teria denominado “identificação”. O indivíduo que ame (isto é, curta intensamente) um outro acabará internalizando algumas de suas supostas opiniões de modo que se reparem certas inconsistências cognitivas. Ainda que os exemplos de Krosnick (2002) se refiram especificamente ao contexto eleitoral, mecanismos análogos de reparação de inconsistência cognitiva atuam em outros contextos, modificando atitudes relativas a objetos não entendidos estritamente como “políticos”.

Na esteira do anteriormente exposto, acreditamos que seria apropriada a suposição de que, quanto maior a intensidade da disposição afetiva positiva de um indivíduo em relação a um outro, maior a chance da identificação (propriamente dita) desse indivíduo com o outro – isto é, de assimilação de um elemento supostamente constitutivo desse outro (e de assemelhamento a ele neste aspecto); e a identificação ocorrerá se essa disposição afetiva se relacionar diretamente com uma inconsistência cognitiva. Ao menos nos casos em que um indivíduo ame um outro, a identificação (propriamente dita) desse indivíduo com o outro consistiria em um mecanismo reparativo (inconsciente) de uma inconsistência cognitiva ocasionada pela constatação de divergências (por exemplo, de opiniões). Tal suposição seria compatível tanto com a teoria orientadora do estudo de Krosnick (2002) quanto com a teoria freudiana da identificação, ainda que Freud não o tenha afirmado. Mas ressaltamos que a teoria de Festinger (1957)

não necessariamente substituiria as demais hipóteses etiológicas freudianas, relativas a supostas condições de ocorrência da identificação (algumas das quais, consideradas como suficientes à sua ocorrência).

Desse modo, a identificação do indivíduo com um outro não necessariamente resultaria do reconhecimento pelo indivíduo de uma importante similaridade de “si mesmo” com esse outro – embora seja significativo o risco de que tenha ocorrido já que mais comumente o indivíduo ama objetos aos quais supõe se assemelhar em alguma medida. Possivelmente, o reconhecimento pelo indivíduo de uma importante similaridade de “si mesmo” com um outro apenas contribua à vinculação afetiva – a qual, por sua vez, aumentaria o risco de identificação com o outro. Analogamente, a identificação (propriamente dita) não necessariamente resultaria da inviabilização do investimento libidinal do indivíduo no outro; nem da inacessibilidade à consciência (via recalque) de um desejo desse indivíduo de se inserir em uma situação idêntica àquela na qual o outro estaria inserido. Mas o próprio Freud aborda teoricamente a identificação de modo a considerá-la como sobredeterminada, isto é, como tendo mais de uma condição suficiente (ou contributiva).

Pelo menos aparentemente, a teoria da dissonância cognitiva referenciada por Krosnick em seu estudo (2002) não se incompatibiliza com a teoria freudiana da identificação. Além disso, embora a teoria da dissonância cognitiva não subsuma a teoria freudiana, contribui para a explicação de algumas das ocorrências da identificação. Por meio de uma revisão crítica da concepção freudiana acerca das causas da identificação – orientada pelo modelo hipotético de Krosnick (2002) – entendemos que, ao menos em alguns casos, seu mecanismo causal seria uma tendência à reparação de dissonâncias ocasionadas pela incompatibilidade entre uma disposição afetiva intensa e

positiva em relação a um outro e uma outra disposição afetiva (a qual seria entendida como contrária à do outro mencionado).

Por outro lado, seria também razoável a ressalva de que, mais amplamente, certas dinâmicas afetivas das massas seriam razoavelmente explicadas pela teoria da dissonância cognitiva, a qual tornaria ainda mais razoáveis certas considerações de Freud acerca das relações entre as diferentes modalidades de vínculo afetivo. Precisamente nesse sentido, conforme concluiu Sartori (2024), não seria insensata a afirmação de que “a teoria da inconsistência cognitiva seria ‘especificada’ por tal teoria freudiana”. Por meio do uso do bolsonarismo como exemplo de movimento de massa autoritária de direita, Sartori (2024) escreveu:

seria razoável a suposição de que, a partir do momento em que um indivíduo vem a idealizar Bolsonaro, tal idealização (a qual corresponde a um complexo de atitudes em relação a este último, isto é, a um modo de vinculação afetiva com este último) acaba, por sua vez, condicionando o indivíduo a internalizar traços entendidos como “característicos” do capitão reformado – alguns dos quais, correspondentes a atitudes sociopolíticas ditas “autoritárias de direita” –, desde que tal idealização tenha se intensificado o suficiente para tanto. Tal internalização de traços seria motivada (ainda que inconscientemente) à evitação do desprazer relacionado com uma eventual dissonância cognitiva – a qual ocorreria, por exemplo, caso o indivíduo que idealizou Bolsonaro constatasse que alguns dos traços mais importantes deste último se incompatibilizaram com os seus próprios traços. Considerando as dimensões constitutivas de nosso construto (autoritarismo de direita), por exemplo, não seria inconsistente a consideração de que um indivíduo que era apenas medianamente conservador anteriormente à sua idealização de Bolsonaro, acabou se tornando, após tal idealização, também

mais autoritariamente agressivo e, assim, moralmente reacionário (pp. 213-214).

A partir das reflexões anteriores, entretanto, outros problemas teóricos seriam aventados, reafirmando a suposição de que a teoria da dissonância cognitiva não subsumiria a teoria freudiana. Por exemplo, ao menos aparentemente, o modelo hipotético de Krosnick (2002) não contribuiria à explicação dos casos de identificação com objetos odiados. Quais seriam as suas causas? Talvez, outro modo de utilização da teoria de Festinger os explique. De outro lado, as concepções etiológicas de Freud seriam coerentes com a sua explicação. A consideração de certas noções freudianas (tais como a noção freudiana de ambivalência) implicaria a suposição de que o ódio de um indivíduo a um objeto (relativo a uma modalidade momentaneamente intensa e negativa de vinculação afetiva com este último) não necessariamente inviabilizaria a sua identificação com o objeto odiado se o indivíduo simultaneamente o admirasse suficientemente em algum aspecto. Mas, como explicamos anteriormente, as hipóteses etiológicas freudianas ainda não se examinaram experimentalmente e, nesse sentido, a sua importação à psicologia política seria precipitada.

Considerações finais

A análise interdisciplinar realizada neste artigo, da *etiologia* da identificação concebida por Freud em *Psicologia das massas e análise do eu* (1921/1986), oportuniza avanços investigativos tanto para o campo psicanalítico como para a psicologia política. Neste artigo, evidenciamos certa compatibilidade entre a teoria freudiana da identificação e uma teoria estabelecida na psicologia política, a teoria da dissonância cognitiva de Festinger, e concluímos que esta teoria serviria, no mínimo, como uma hipótese etiológica adicional da identificação. A teoria da dissonância cognitiva não esgotaria – nem necessariamente anularia – a concepção etiológica de Freud

acerca da identificação, a qual envolve a suposição de existência de mais de uma causa de identificação, mas a sua mera desconsideração pela comunidade psicanalítica não seria uma medida razoável.

Por outro lado, aventamos a existência de aspectos da concepção etiológica freudiana da identificação até o momento sequer avaliados experimentalmente. Nesse caso, considerando que a teoria de Festinger veio a ser empiricamente sustentada de modo também experimental, certa especulatividade constatada na concepção etiológica freudiana da identificação viria a ser compensada em alguma medida pela articulação entre a teoria freudiana e a teoria da dissonância cognitiva, já que, ao menos em alguns casos, a explicação sobre a causa da identificação seria viabilizada por esta teoria. De todo modo, seria relevante a condução de estudos direcionados ao exame empírico das hipóteses etiológicas de Freud sobre a identificação, assim como ao escrutínio minucioso de outros aspectos, ainda não avaliados.

Entre tais aspectos, estariam problemas teóricos aventados a partir deste empreendimento inicial. Por exemplo, a teoria da dissonância cognitiva não contribuiria à explicação dos casos de identificação com objetos odiados. Possivelmente, em tais casos, as hipóteses etiológicas de Freud venham a ser úteis, inclusive na psicologia política; mas o exame adequado da razoabilidade dessas hipóteses dependeria também do seu correto exame empírico. Estudos direcionados a tal exame – análogos aos desenvolvidos nos últimos anos por Bazan, Shevrin, entre outros¹³ – seriam, nesse sentido, ainda mais relevantes.

De outro lado, a compatibilidade mencionada incita na psicologia política o exame da

¹³ A exemplo do estudo conduzido por Klein Villa, Shevrin, Snodgrass, Bazan e Brakel (2006), em que investigaram o nível de empiricidade de uma suposição freudiana – mais especificamente, aquela de que os significados e as formas das palavras são processados de maneira distinta no inconsciente.

razoabilidade da importação de outros construtos teóricos psicanalíticos. Afirmamos na introdução que a importação de uma teoria psicanalítica pela psicologia política somente seria razoável (i) se tal teoria se compatibilizasse com as teorias estabelecidas nesse campo, (ii) se tal teoria se sustentasse empiricamente e (iii) se a importação dessa teoria ocasionasse a este campo o aumento da sua capacidade explicativa. Até o momento, ao menos aparentemente, a teoria freudiana da identificação se compatibiliza com a teoria da dissonância cognitiva, a qual se sustenta empiricamente. Adicionalmente, esta serve como hipótese etiológica daquela. Mas a concepção etiológica freudiana da identificação não atende atualmente à segunda condição, já que ainda não se avaliou experimentalmente.

Caso venha a ser atestada a razoabilidade de tal importação, a psicologia política conterá com recursos analíticos adicionais, eventualmente considerando outras dinâmicas inconscientes no estudo de alguns de seus objetos. Novas empreitadas interdisciplinares são esperadas, assim como subsequentes revisões teóricas. Ressaltamos que, mesmo que o campo psicanalítico nunca venha a ser amplamente considerado entre os seus supostos concorrentes “cognitivistas” como um campo científico, a constatação da consistência de uma teoria psicanalítica resultante do seu exame extraclínico tornaria mais relevante a avaliação da razoabilidade da sua integração ao conceituário da psicologia política (ou de outro campo de conhecimento). Além disso, independentemente do estatuto de científicidade da teoria psicanalítica, sobre o qual nas últimas décadas tem sido realizado um acirrado debate até mesmo no interior do campo psicanalítico, assumiria expressiva relevância a investigação minuciosa acerca do nível de consistência da utilização “exógena”¹⁴ da metapsicologia, assim como acerca dos eventuais efeitos de tal utilização.

14 Isto é, em outros campos de conhecimento.

Referências

- Adorno, T. L. W. et al. (1950/2019) *Estudos sobre a personalidade autoritária*. (C. H. Pissardo, F. L. T. Correa & V. H. F. C., trads.). Ed. Unesp.
- Enriquez, E. (2005). Psicanálise e ciências sociais. *Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica*, (8)2, 153-174. <https://doi.org/10.1590/S1516-14982005000200001>.
- Festinger, L. (1957). An introduction to the theory of dissonance. In L. Festinger (Ed.). *A theory of cognitive dissonance*. (pp. 1-30). Stanford University Press.
- Freud, S. (1929/1969). O mal-estar na civilização. In S. Freud. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud: O futuro de uma ilusão, o mal-estar na civilização e outros trabalhos* (1927-1931). (J. Salomão dir. trad., Vol. 21, 65-148. Imago.
- Freud, S. (1921/1986). Psicología de las masas. In Obras completas de Sigmund Freud: *Psicología de las masas y análisis del yo*. López-Ballesteros y de Torres, trad., vol. 18, 67-134. Amorrortu.
- Freud, S. (1913/2012). Totem e tabu. In S. Freud, *Obras completas; Totem e tabu, Contribuição à história do movimento psicanalítico e outros textos* (1912-1914), vol. 11, 15-163. Companhia das Letras.
- Freud, S. (1927/2014). O futuro de uma ilusão. In S. Freud, *Inibição, sintoma e angústia, O futuro de uma ilusão e outros textos* (1926-1929), vol. 17, 231-301. Companhia das Letras.
- Freud, S. (1917/1996). Luto e melancolia. In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud: A história do movimento psicanalítico: artigos sobre metapsicologia e outros trabalhos* (1914-1916), vol. 14, 249-263. Imago.
- Grünbaum, A. (1984). *The Foundations of Psychoanalysis: A Philosophical Critique*. University of California Press.
- Grünbaum, A. (1993). *Validation in the Clinical Theory of Psychoanalysis: A Study in the Philosophy of Psychoanalysis*. Madison: International Universities Press.
- Indursky, A. C. (2020). Psicanálise, fascismo e populismo: notas sobre a emergência do bolsonarismo no Brasil. *Teoría y Crítica de la Psicología* 14, 150-162. <http://www.teocripsi.com/ojs/>.

Klein Villa, K., Shevrin, H., Snodgrass, M., Bazan, A. & Brakel, L. A. W. (2006). Testing Freud's hypothesis that word forms and word meaning are functionally distinct: Subliminal primary-process cognition and its link to personality. *Neuro-Psychoanalysis*, v. 8, n. 2, 117-138. <https://doi.org/10.1080/15294145.2006.10773521>

Krosnick, J. A. (2002). The challenges of political psychology: lessons to be learned from research on attitude perception. In J. H. Kuklinski (Ed.). *Thinking About Political Psychology*. Cambridge University Press.

Laclau, E. (2013). *A razão populista*. Três Estrelas.

Lyra, C. E. S. (2005). Neuropsicanálise: um novo paradigma para a psicanálise no século XXI. *Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul*, v. 27, n. 3, 328-330. <https://doi.org/10.1590/S0101-81082005000300013>.

Mello Neto, G. A. R. (2000). A psicologia social nos tempos de S. Freud. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, v. 16, n. 2, 145-152. <https://doi.org/10.1590/S0102-37722000000200007>.

Popper, K. (1963). *Conjectures and Refutations: The Growth of Scientific Knowledge*. Routledge & Kegan Paul.

Sartori, J. E. T. (2019). *A articulação da noção de identidade na teoria psicanalítica freudiana*. Dissertação (Mestrado em Filosofia) - Universidade Federal de São Carlos. <https://repositorio.ufscar.br/handle/20.500.14289/12256>.

Sartori, J. E. T. (2021). Análise aproximativa sobre a heterogeneidade dos apoiadores de Bolsonaro e considerações sobre uma “identidade bolsonarista”. Semina: Ciências Sociais e Humanas, 42(2), 201-222. <https://doi.org/10.5433/1679-0383.2021v42n2p201>

Sartori, J. E. T. (2024). *A relação entre autoritarismo de direita e apoio acrítico a líderes de extrema-direita: o caso do bolsonarismo no Brasil*. [Tese de Doutorado em Ciência Política]. Universidade Federal de São Carlos. <https://repositorio.ufscar.br/handle/20.500.14289/21059>.

Sartori, J. T., Starnino, A., & Braga, M. S. S. (2024). A (des)identificação partidária: entre a teoria psicanalítica e a ciência política. *Revista Psicologia Política* (24), e22508. <https://doi.org/10.2175-1390>.

Recebido em: 10/07/2024

Aprovado em: 28/09/2024

Sobre o autor

João Torrecillas Sartori

Médico pela Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto (FAMERP).

Mestre em Filosofia pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

Doutor em Ciência Política pela UFSCar.

Pesquisador (Membro Associado) na Associação Universitária de Pesquisa em Psicopatologia Fundamental (AUPPF)

E-mail: joao.sartori1992@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6718-8042>